

Banco de terras

Construtoras e poder público se unem para aproximar interesses entre quem tem oferta e demanda por entulhos e reciclados

Humberto Siqueira



Há alguns anos, o país discute uma política nacional de resíduos sólidos. Vários setores já têm resoluções publicadas. Na construção civil não é diferente, mas o município também tem suas obrigações, como indicar os locais apropriados para recebimento do entulho, o que demanda licenciamento para essas áreas.

Cabe às construtoras identificar e qualificar os resíduos, fazer triagem de acordo com as normas da prefeitura local e garantir que o material seja acondicionado de forma segura até ser retirado. O transportador deve ser licenciado e obedecer exigências da legislação de meio ambiente e de transporte.

Visando obter resultados práticos na redução do volume de resíduos sólidos gerados, construtoras mineiras e poder público se uniram para criar o Banco de terra, Banco de entulho e Agregado reciclado. A idéia é aproximar interesses entre quem tem oferta e demanda por esses produtos. O programa já está em funcionamento em Belo Horizonte, mas será lançado oficialmente amanhã.

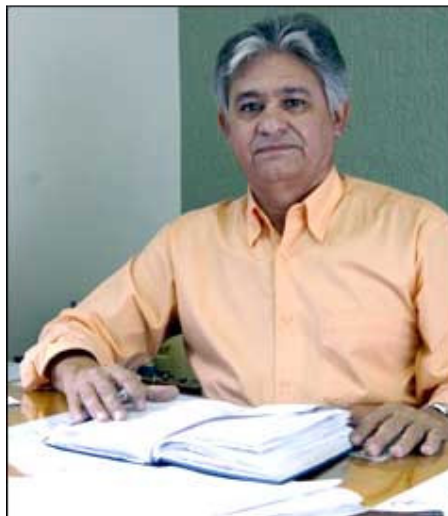
Racionalidade construtiva

No ano passado, das 700 mil toneladas de resíduos sólidos gerados pela construção civil, 46% eram terra pura, que poderia ser usada em aterros e correções de terrenos

Humberto Siqueira

A construção civil é, com folga, a grande responsável pelos resíduos sólidos encaminhados aos aterros sanitários. Para minimizar o impacto ambiental, inibir deposição irregular às margens de rios e rodovias, gerar postos de trabalhos e criar consciência ecológica nas empresas e cidadãos, o **Sindicato da Indústria da Construção Civil em Minas Gerais (Sinduscon-MG)**, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), montou o Banco de terra, Banco de entulho e Agregado reciclado.

A idéia é simples. Pelo site www.bolsadereciclaveis.com.br, criado pela Fiemg, empresas podem cadastrar oferta ou demanda por terra, entulho e agregados. Funciona assim: se em determinada obra uma empresa precisa desaterrar e uma segunda construtora tem que aterrar o terreno para construir, a primeira fornecerá a terra para a segunda. Tão logo executem seus projetos, os empresários lançam suas demandas para ter tempo hábil de encontrar a outra ponta do negócio.



📷 Eduardo Henrique diz que dos cerca de 300 associados, 40% já se cadastraram no projeto

Para Eduardo Henrique Moreira, vice-presidente da Área de Materiais, Tecnologia e Meio Ambiente do

Sinduscon, essa otimização poupa o aterro sanitário, gera economia com transporte, por ter destinos mais próximos – refletindo também na diminuição da emissão de gases na atmosfera. No ano passado, das 700 mil toneladas de resíduos sólidos gerados pela construção civil, 46% (320 mil) eram terra pura, que poderia ser usada em aterros e correções de terrenos com desníveis ou com erosão.

O restante, ou 56%, era resíduo sólido. Restos de paredes, cerâmica e outros que podem ser reciclados ou reaproveitados em contrapisos, por exemplo. Esses entulhos também poderão ser cadastrados. Quando não forem reaproveitados, serão encaminhados a umas das três usinas da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU/BH). Lá serão transformados em blocos de concretos, pó de brita, brita zero ou brita um, usados para diversas finalidades não-estruturais, como calçadas.

Conforme explica o diretor operacional da SLU, Edmundo Martins, a idéia gera benefícios e economia para a cidade. “Belo Horizonte está enfrentando um momento de dificuldades para aterrar seu lixo. Tudo o que recebemos tem sido transportado para Sabará. De forma que essa idéia contribui muito”, afirma. O material é recebido gratuitamente. A única exigência é não ter mais de 5% de impurezas (plástico, madeira, metal, gesso, lixo orgânico e outros). O foco são restos de tijolos, pedra, telha, laje, cerâmica, concreto e outros. “O recebimento sem custos visa incentivar a destinação correta desse material.”

DESTINAÇÃO Para Edmundo, a destinação incorreta do material gera até problemas de saúde pública. “Entulho em lotes vagos atrai animais e, com eles, doenças. Também aumentamos a vida útil das jazidas, usamos o produto reciclado em obras da cidade e também vendemos uma parte, em média 65% mais barato que o produto primário”, explica. Para as construtoras, a vantagem é descartar o resíduo sem os custos do aterro sanitário. BH também tem dezenas de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs), para cargas de até dois metros cúbicos.

O programa é destinado a pessoas jurídicas, mas a comissão de meio ambiente do **Sinduscon** está estudando a possibilidade de pessoas físicas também participarem. Por hora, podem acessar ao contratar uma empresa. Ou seja, se ela planeja uma obra e tem condições de calcular o volume de entulho ou terra que vai gerar, pode pedir à contratada que faça o anúncio no site da Fiemg.

Com essa ferramenta virtual, o **Sinduscon** planeja reduzir drasticamente o volume de resíduos sólidos encaminhados ao aterro sanitário. Não há vendas pelo site. Apenas doação e trocas. O próprio sistema acusa quando há interesses em comum entre dois cadastrados. A única negociação se dá no momento de definir qual das partes vai arcar com o transporte entre os dois locais. “Dos cerca de 300 associados do **Sinduscon**, 40% já se cadastraram no projeto”, comemora Eduardo.